

GT 08: Direitos Humanos e Estudos afro-brasileiros e africanos

**As vivências quilombolas como agência de (re)existência no lugar
antropológico em disputa: O Quilombo Tia Eva em Campo
Grande/MS**

Vinícios Aparecido da Silva¹

Francesco Romizi²

Resumo. A urbanização em Campo Grande/MS historicamente colocou em detrimento suas populações preexistentes, como o Quilombo Tia Eva, resultando na fragmentação territorial e na apropriação de seus bens culturais. Sob a perspectiva do lugar antropológico, a (multi)territorialidade constitui-se como campo de disputas materiais e simbólicas e de afirmação identitária. Nesse contexto, a religiosidade emerge como dimensão da vida social: por meio da dramatização ritual, assim é na Igreja e Festa de São Benedito, transformando-o em lugar de luta, memória e emancipação negra. Referência também de que população afrodescendente no Brasil precisou produzir, suas próprias condições de existência, organização coletiva e reconhecimento.

Palavras-chave: Antropologia; quilombo urbano; territorialidade; memória; Campo Grande/MS.

Abstract. The urbanization of Campo Grande/MS has historically been detrimental to its pre-existing populations, such as the Quilombo Tia Eva, resulting in territorial fragmentation and the appropriation of their cultural heritage. From the perspective of the anthropological place, (multi)territoriality constitutes itself as a field of material and symbolic disputes and of identity affirmation. In this context, religiosity emerges as a fundamental dimension of social life: through ritual dramatization, as expressed in the Church and the Feast of São Benedito, transforming it into a space of struggle, memory, and Black emancipation. This is also reference with the fact that Afro-descendant populations in Brazil have historically had to autonomously produce their own conditions of existence, collective organization, and recognition.

Keywords: Anthropology; Urban Quilombo; Territoriality; Memory; Campo Grande/MS.

¹ Graduando da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (FACH/UFMS). Bolsista de Iniciação Científica pelo Fundect. E-mail: vinicios.silva@ufms.br.

² Doutor em Antropologia pela Universitat Rovira i Virgili, URV, Espanha. Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FACH/UFMS) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMS). E-mail: francesco_romizi@ufms.br.

INTRODUÇÃO

As transformações urbanas que marcaram a constituição de Campo Grande/MS como capital estadual foram conduzidas sob um ideário modernizador que privilegiou a reorganização espacial da cidade em consonância com projetos de desenvolvimento e integração regional; contudo, esse processo não se deu de forma neutra; ao mesmo tempo em que promoveu a urbanização, manteve estruturas sociais vinculadas aos interesses das elites ruralistas brancas, resultando na expropriação territorial de populações historicamente marginalizadas, como o Quilombo Tia Eva.

A comunidade de origem rural foi inserida compulsoriamente na dinâmica urbana, teve suas relações sociais, territoriais e culturais profundamente reconfiguradas; tal processo implicou não apenas a fragmentação de seu território por meio de loteamentos instituídos por decretos municipais frequentemente alheios às dinâmicas internas da comunidade, mas também a intensificação de conflitos com agentes externos, em especial com a Igreja Católica de orientação salesiana. Tais disputas manifestam-se tanto no plano material quanto simbólico, como exemplifica o embate em torno da Igreja e da Festa de São Benedito, elementos centrais da vida comunitária.

Paralelamente, destaca-se a marginalização da figura de Eva Maria de Jesus, ou tia Eva, na narrativa oficial da fundação de Campo Grande/MS, mulher negra, ex-escravizada, benzedeira e liderança comunitária, tia Eva ocupa lugar central na memória quilombola, ainda que seu protagonismo permaneça sub-representado na historiografia dominante. Em consonância com Santos (2012; 2013; 2016) e com o uso nativo observado entre os interlocutores, adotamos aqui a distinção entre “tia Eva”, em minúsculo, para designar a pessoa, e “Quilombo Tia Eva”, com inicial maiúscula, para referir-se ao território, evitando ambiguidades interpretativas.

Este trabalho busca compreender de que modo o processo de urbanização de Campo Grande/MS afetou a população afrodescendente, com foco específico no Quilombo Tia Eva, a partir de mecanismos institucionalizados de expropriação territorial e apropriação cultural. Argumenta-se que tais processos não apenas

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

produziram deslocamentos espaciais, mas também constituíram dispositivos de

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

apagamento da memória e do protagonismo negro na formação da cidade. O objetivo geral consiste em analisar as disputas territoriais e simbólicas que atravessam o Quilombo Tia Eva, evidenciando como a urbanização compulsória operou como instrumento de reconfiguração do espaço e das relações sociais. Atualmente localizado no bairro Jardim Seminário, o quilombo representa um caso emblemático de transformação de território rural em espaço urbano, marcado por tensões entre permanência e mudança.

Do ponto de vista teórico, a análise mobiliza o conceito de lugar antropológico, em diálogo crítico com a noção de “não-lugar”. Embora Augé (2009) associe a sobremodernidade à produção de espaços destituídos de historicidade e vínculos sociais, o Quilombo Tia Eva evidencia um movimento distinto, longe de perder seus sentidos, o território torna-se palco de intensas disputas narrativas e simbólicas, nas quais a urbanização atua como dispositivo central; nesse sentido, o conceito de lugar articula-se às noções de territorialidade e multiterritorialidade. Conforme Haesbaert (2007) e Fuini (2017), os territórios são produzidos e continuamente ressignificados por diferentes grupos sociais, constituindo-se como espaços de poder, pertencimento e conflito, dimensão particularmente evidente em contextos de marginalização histórica.

Diante desse cenário, os quilombolas afirmam sua presença por meio de práticas cotidianas e simbólicas que podem ser compreendidas como formas de agência. Suas vivências operam como estratégias de ressignificação territorial, permitindo a manutenção de vínculos identitários em meio às pressões de uma cidade em constante transformação. O Quilombo Tia Eva configura-se, assim, como um lugar de múltiplas interações: religiosas, culturais, políticas e históricas, que coexistem e se sobrepõem. A religiosidade, nesse contexto, assume papel estruturante, articulada à memória coletiva, ela constitui um dos principais eixos de resistência cultural. Para compreender essa dimensão, recorreremos à antropologia da religião, especialmente à análise simbólica proposta por Turner (2005), bem como às reflexões de Da Matta (1997) sobre dramatização social. A Festa de São Benedito, em particular, evidencia como o ritual ultrapassa o âmbito estritamente religioso, operando como forma de coesão social, afirmação identitária e visibilidade pública.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

A construção desta análise fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, baseada na observação participante e na escuta dos interlocutores quilombolas, tal perspectiva, implica uma postura ética e dialógica, na qual a memória coletiva é compreendida como elemento ativo na produção da história e da identidade. Conforme argumenta Pollak (1992), a valorização dessas memórias permite trazer à luz narrativas historicamente silenciadas. As atividades de campo concentraram-se principalmente durante a Festa de São Benedito, realizada anualmente no mês de março. Em 2025, o evento ocorreu entre os dias 9 e 23, constituindo um momento privilegiado de observação, dada sua relevância simbólica e sua abertura à participação externa. O diário de campo foi utilizado como instrumento central de registro, permitindo articular descrição e interpretação das experiências vivenciadas. Outras atividades, como a participação em eventos voltados à educação patrimonial e ao reconhecimento institucional do território, também contribuíram para a análise.

As iniciativas em questão evidenciam o engajamento da comunidade na reivindicação de direitos e no fortalecimento de sua identidade coletiva. As trajetórias de tia Eva e do Quilombo Tia Eva revelam, portanto, um processo contínuo de luta pela manutenção do território, pela preservação dos saberes ancestrais e pela afirmação de uma existência coletiva frente às pressões externas; nesse contexto, as práticas religiosas, a memória e as formas de organização comunitária configuram-se como elementos centrais de resistência e (re)existência.

1. A presença negra em disputa no espaço urbano: territorialidade, memória e poder em Campo Grande/MS

No contexto do Quilombo Tia Eva, o lugar antropológico manifesta-se como um campo de disputas territoriais e simbólicas, no qual diferentes agentes sobrepõem camadas de relações sociais e históricas ao competirem pela mesma espacialidade. Assim sendo, distancia-se da noção de “não-lugares”, proposta por Augé (2009), que associa os espaços urbanos contemporâneos à perda de vínculos relacionais, à transitoriedade e ao anonimato.

A limitação dessa perspectiva torna-se evidente quando confrontada com

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

territórios urbanos ocupados por populações historicamente marginalizadas, cujas

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

experiências são marcadas por processos contínuos de expropriação e resistência. No Quilombo Tia Eva, a inserção compulsória na dinâmica urbana não implica a dissolução dos vínculos identitários; ao contrário, intensifica sua reelaboração. Elementos como a Igreja de São Benedito, tombada no âmbito municipal em 1996 (Campo Grande, 1996), e em âmbito estadual em 1998 (FCMS, 2021), e a Festa de São Benedito, patrimônio imaterial não oficial, operam como suportes materiais e simbólicos da memória coletiva, reforçando a legitimidade territorial da comunidade.

Nesse sentido, a contribuição de Haesbaert (2007) é fundamental ao deslocar a compreensão do território para além de sua dimensão física, entendendo-o como construção social atravessada por relações de poder. Ao propor a noção de multiterritorialidade, o autor evidencia que os espaços urbanos constituem arenas dinâmicas, nas quais práticas, identidades e significados se sobrepõem em um processo contínuo de (re)configuração – “uma construção no e pelo movimento” (Haesbaert, 2007, p. 20).

Sob essa perspectiva, a delimitação territorial não se reduz a critérios geográficos ou administrativos, mas envolve disputas que articulam diferentes formas de poder. De um lado, o controle material e coercitivo, exercido pelo Estado por meio de dispositivos legais e políticas urbanas; de outro, o controle simbólico e afetivo, vinculado ao pertencimento, à memória e à produção de sentidos. Como sintetiza Haesbaert (2007, p. 20-21), o território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”.

Em diálogo com essa abordagem, Fuini (2017) reforça que o território deve ser compreendido como processo social, resultante de práticas de ocupação, controle e atribuição de sentido ao espaço. Trata-se, portanto, de uma construção dinâmica, na qual coletividades organizam suas formas de vida, definem modalidades de acesso aos recursos e estruturam suas atividades econômicas e simbólicas.

No caso do Quilombo Tia Eva, observa-se a mobilização dessas dimensões de forma particularmente expressiva. A religiosidade, as práticas culturais e a memória, relativas tanto à figura de tia Eva quanto a São Benedito, representam mecanismos de formação territorial utilizados pela comunidade para consolidar sua

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

presença e buscar reconhecimento institucional. Essas práticas operam em

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

contraposição às formas de dominação exercidas por agentes externos, como o Estado e instituições religiosas, cujas intervenções historicamente buscaram regular, fragmentar ou apropriar-se do território quilombola.

Desse modo, o território deixa de ser compreendido como suporte físico e passa a configurar-se como espaço vivido, no qual se entrelaçam experiência, memória e resistência. Trata-se de uma territorialidade que se constrói no cotidiano, enfrentando os efeitos homogeneizadores dos processos urbanos e afirmando formas próprias de existência no interior da cidade.

A relação entre memória e espaço é aprofundada por Nora (1993), que destaca que os chamados “lugares de memória” surgem em situações em que a memória espontânea está sob risco, tornando necessária a implementação de mecanismos de preservação, como arquivos, celebrações e rituais. Tais práticas, longe de serem naturais, constituem respostas sociais à experiência da perda e do esquecimento. Nesse sentido, a ritualização da memória no Quilombo Tia Eva, especialmente por meio da Festa de São Benedito, pode ser compreendida como estratégia ativa de reconstrução identitária.

A articulação entre Nora (1993), Haesbaert (2007) e Fuini (2017) permite, portanto, compreender que os territórios, mesmo quando fragmentados ou submetidos às pressões externas, conservam um potencial significativo de resistência simbólica e política. Assim, analisar o Quilombo Tia Eva implica não apenas descrever um espaço urbano específico, mas interpretar as dinâmicas sociopolíticas mais amplas que atravessam Campo Grande/MS e o estado de Mato Grosso do Sul.

Compreendido como lugar vivido, o Quilombo Tia Eva evidencia que os espaços urbanos não são meros produtos técnicos ou administrativos, mas construções sociais densamente significadas. A urbanização, nesse contexto, revela-se ambivalente: ao mesmo tempo em que promove processos de apagamento histórico, também desencadeia práticas de resistência cultural. É nesse tensionamento que a comunidade quilombola se consolida como território de memória, religiosidade e produção contínua de identidade afrodescendente no espaço urbano.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Diante das discussões teóricas e históricas que fundamentam esta pesquisa, torna-se possível compreender que a formação territorial da porção sul do antigo estado de Mato Grosso está profundamente marcada por processos de colonização, escravidão e exclusão social, cujos efeitos permanecem inscritos na configuração urbana e simbólica da atual Campo Grande/MS.

De acordo com Santos (2016), os primeiros registros de ocupação dessa região remontam a 1729, quando uma expedição liderada pelos padres José de Frias e Antônio de Moraes, composta por membros de uma pequena elite e pessoas escravizadas, totalizando cerca de 400 indivíduos, estabeleceu acampamento às margens do rio Coxim. Ao avançarem pelo rio Cuiabá, contudo, foram atacados pelos *Payogoa*, povo indígena que resistia à ocupação colonial, resultando na quase completa dizimação do grupo, com apenas três pessoas negras sobrevivendo ao episódio.

Os conflitos territoriais intensificaram-se ao longo do tempo, especialmente durante o ciclo do luar, a partir de 1819, e com a Independência do Brasil, em 1822. Esses eventos impulsionaram a ocupação da região e a expansão das atividades agropastoris, acirrando as disputas pelo território e os confrontos entre diferentes grupos sociais, conforme destaca Santos (2016).

Nesse cenário, as contribuições de Haesbaert (2007) e Fuini (2017), ao enfatizarem as dimensões material e simbólica do território, articulam-se às reflexões de Santos (2001), para quem o território deve ser compreendido como síntese entre espaço e população, isto é, como base das relações sociais, econômicas e identitárias. Nas palavras do autor: “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (Santos, 2001, p. 96).

Quando submetido à lógica capitalista, especialmente em contextos de espoliação territorial vinculados ao agronegócio, o território deixa de operar como espaço de reprodução da vida social e passa a ser apropriado como recurso econômico, fragilizando vínculos comunitários e formas tradicionais de organização. Tal dinâmica permite compreender que a região sul do antigo Mato Grosso constituiu-

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

se historicamente sob uma economia dependente do trabalho de pessoas afrodescendentes escravizadas, sobretudo no meio rural.

Nesse quadro histórico, as formas específicas de organização do trabalho escravo deram origem ao que Santos (2016) denomina “escravo-camponês” ou “escravo-criador”, caracterizados por relações que, embora não eliminassem a exploração, permitiam certa inserção produtiva nas atividades agropastoris. Ainda assim, tais arranjos não diminuíram a centralidade da população negra no desenvolvimento econômico regional. Conforme observa o autor, a maneira como certos senhores se relacionavam com seus escravos contribuiu para que, em determinadas áreas do sul do Mato Grosso, o comércio de escravos não fosse tão movimentado quanto nas regiões mineradoras situadas ao norte da província. Como sintetiza Santos (2016, p. 64): “não diminuiu a importância que as pessoas negras escravizadas tiveram no desenvolvimento das atividades econômicas do sul mato-grossense”.

Apesar dessa relevância histórica, o período pós-abolição foi marcado pela ausência de políticas reparatórias, o que contribuiu para a continuidade da exclusão social da população negra. A invisibilização de seu protagonismo na construção da região reforça esse processo, produzindo silenciamentos que ainda reverberam nas narrativas oficiais.

É nesse contexto que se insere a formação das comunidades quilombolas no sul do Mato Grosso. Conforme analisa Santos (2017), tais comunidades consolidaram-se majoritariamente após a abolição, como resposta à marginalização social e à falta de acesso à terra; diante da precariedade das condições de vida, populações negras recém-libertas organizaram-se coletivamente, buscando garantir autonomia territorial e condições mínimas de reprodução social.

A constituição desses quilombos foi marcada por desafios significativos, entre eles a dificuldade de acesso a recursos básicos, o descaso das instituições públicas e a ausência de reconhecimento legal de seus territórios. Frequentemente, esses grupos estabeleceram-se em áreas consideradas marginais ao circuito econômico dominante, como regiões de difícil acesso ou terras desvalorizadas.

Exemplos emblemáticos desse processo incluem o Quilombo Furnas do Dionísio (Jaguarari/MS) e o Quilombo Furnas da Boa Sorte (Corguinho/MS), além

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

da

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



Chácara Buriti, em Campo Grande/MS. Tais comunidades mantêm, ao longo do tempo, redes de articulação e solidariedade, nas quais tia Eva desempenhou papel central, contribuindo para a construção de estratégias coletivas de resistência.

Essas conexões expressam-se em práticas compartilhadas, como festas religiosas, trocas culturais e iniciativas conjuntas voltadas à reivindicação de direitos e à implementação de políticas públicas. Além disso, evidenciam formas de organização baseadas na cooperação e na valorização de saberes tradicionais, especialmente no âmbito da produção agrícola.

Dessa forma, as reflexões de Haesbaert (2007), Fuini (2017) e Santos (2001) convergem ao compreender o território como construção social que ultrapassa sua dimensão material, incorporando aspectos simbólicos, identitários e políticos. Nesse horizonte, o Quilombo Tia Eva destaca-se como espaço de referência para a população negra afrodescendente da região, constituindo-se como lugar de memória, resistência e emancipação no contexto urbano de Campo Grande/MS.

2. O Quilombo Tia Eva, lugar da vivência e resistência

No contexto do modo de vida rural da porção sul do antigo estado do Mato Grosso, conforme Santos (2016), populações negras ex-escravizadas encontraram nas dinâmicas agropastoris possibilidades de reconstrução social. A terra configurava-se não apenas como meio de subsistência, mas como base de pertencimento e organização coletiva. Em contraste, as elites locais orientavam sua produção ao mercado como a erva-mate, reproduzindo desigualdades que persistiram após a abolição da escravidão.

Essa relação com o território pode ser compreendida à luz de Haesbaert (2007), para quem grupos mais destituídos tendem a desenvolver vínculos territoriais intensos, nos quais dimensões simbólicas e identitárias ultrapassam o uso material. É nesse cenário que se insere a trajetória de Eva Maria de Jesus, a tia Eva. Nascida na fazenda Ariranha, em Jataí (GO), viveu sob condição de escravidão, atuando principalmente na cozinha. Em um fatídico dia, ocorre um acidente com banha quente provocando ferimentos graves, levando ao seu afastamento da casa grande e à transferência para trabalhos periféricos (Santos,

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

2013).

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Sua trajetória ganha inflexão por meio da religiosidade, especialmente na devoção a São Benedito. A identificação com o santo também negro, cozinheiro e associado à cura, articula-se à construção de sua reputação como benzedeira. Reconhecida socialmente, tia Eva mobiliza esse prestígio para viabilizar seu deslocamento em busca de autonomia territorial. Como relata Seu Waldemar Bento de Arruda (Santos, 2013, p. 42), seu objetivo era “criar um lugar só para pretos [...] para ficar na liberdade”. A partir desse projeto, tia Eva organizou uma comitiva composta inicialmente por suas três filhas, esposo e genro, à qual se agregaram, ao longo do percurso, outras pessoas negras que, assim como ela, haviam vivido parte de suas vidas em condições de escravidão.

Durante o percurso, ao atravessar a fronteira entre Goiás e o Mato Grosso, ocorre o “batismo de fronteira” (Santos, 2012), no qual sobrenomes tiveram de serem criados entre os integrantes da comitiva, consolidando vínculos de pertencimento. A territorialização envolve, assim, tanto a ocupação do espaço quanto a produção simbólica de identidades. Ao chegar, em 1905, à região do Olho D'Água, o grupo encontra outras populações negras já estabelecidas. Os relatos evidenciam tanto a segregação espacial quanto a construção de uma identidade territorial marcada pela experiência compartilhada expressa inclusive na denominação “Cascudo” (Santos, 2013).

Esse período coincide com a implementação de dispositivos de ordenamento urbano, como o Código de Posturas de 1905 (Calado, 2018). Ainda assim, tia Eva, por meio da produção e venda de doces, obtém recursos para a regularização de seu território, evidenciando formas de agência diante das estruturas dominantes. A expansão de Campo Grande, impulsionada pela Ferrovia Noroeste do Brasil (Trubiliano, 2015), intensifica a circulação de pessoas e reconfigura o espaço urbano, afetando diretamente o quilombo. Transformações posteriores, como o Código de Obras de 1941, aprofundam a integração forçada desses territórios.

Memórias como a de Dona Neuza Rosa dos Santos (Santos, 2012) revelam um passado marcado pelo uso coletivo da terra e pela autonomia familiar. A fragmentação desse modelo, decorrente da urbanização, atinge tanto a materialidade do território quanto os vínculos sociais. Os conflitos intensificam-se com a venda de terras à Missão Salesiana, entre as décadas de 1960 e 1970,

resultando na

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

apropriação da Igreja e da Festa de São Benedito. A construção, em 1967, de uma nova igreja nas proximidades evidencia a disputa pelo controle de práticas religiosas e identitárias. Esse cenário pode ser compreendido à partir de Haesbaert (2007), que destaca a coexistência de múltiplas formas de controle territorial. No Quilombo Tia Eva, observa-se a tensão entre processos de (re)territorialização interna e intervenções externas, promovidas por agentes estatais e religiosos.

Paralelamente, a consolidação de Campo Grande como capital de Mato Grosso do Sul, em 1977, insere-se em um contexto de modernização urbana associado ao regime militar (Calado, 2018). A construção de narrativas oficiais, ao privilegiar figuras como José Antônio Pereira, contribui para o apagamento da presença negra (Amarilha, 2006). Dessa forma, a urbanização revela-se ambivalente: ao mesmo tempo em que promove crescimento, produz exclusão e invisibilização.

O Quilombo Tia Eva, nesse contexto, não constitui um resquício do passado, mas um espaço ativo de memória, identidade e resistência. Para a lógica urbana dominante, o quilombo é um território a ser integrado; para seus moradores, trata-se de um espaço densamente significado, atravessado por memórias, religiosidade e vínculos comunitários, o espaço urbano, assim, configura-se como arena de disputas simbólicas, onde diferentes projetos de sociedade se confrontam.

No contexto do trabalho de campo junto aos quilombolas do Quilombo Tia Eva, registram-se as falas provenientes do contato direto com interlocutores voluntários, embora não tenham sido realizadas entrevistas semiestruturadas, privilegiaram-se diálogos abertos, nos quais a própria comunidade conduziu os temas abordados, tal escolha metodológica justifica-se por tratar-se de uma população de memória, na qual a oralidade ocupa lugar central, especialmente entre os mais velhos, além de garantir maior protagonismo aos quilombolas.

Um momento significativo ocorreu durante a Instrução Processual de Tombamento Constitucional, realizada em agosto de 2025, cujo objetivo foi o reconhecimento patrimonial do quilombo junto ao IPHAN/MS. No decorrer das atividades, destacou-se o uso recorrente do termo “vivências” por Vânia Lúcia Baptista Duarte (depoimento, 2025), quilombola e gestora pública. A expressão revela uma fusão entre viver e experienciar, deslocando o quilombo da abstração

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

institucional para o plano concreto da vida cotidiana. Nesse sentido, o Quilombo Tia

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Eva não se apresenta apenas como lugar de memória, mas como território vivo, no qual a existência quilombola se inscreve de forma ativa, resistindo ao apagamento urbano, essa territorialidade articula experiência, pertencimento e continuidade cultural.

Outro interlocutor relevante foi Seu Eurides Antônio da Silva, conhecido como Bolinho (depoimento, 2025), descendente de tia Eva e ex-presidente da associação comunitária. Em sua residência, as paredes repletas de fotografias e reportagens revelam um acervo doméstico da memória coletiva, reunindo registros familiares e do cotidiano do quilombo. Entre eles, destaca-se a visita de Leci Brandão, em 2012, durante o Dia Nacional do Samba, evidenciando o reconhecimento externo da comunidade. Essa prática de preservação também se manifesta no Centro de Difusão da Cultura Afro-Brasileira Tia Eva, onde fotografias da Festa de São Benedito funcionam como dispositivos de memória.

O espaço configura-se como uma das principais arenas do lugar antropológico quilombola, concentrando atividades culturais e políticas e expressando, nos termos de Haesbaert (2007), formas de apropriação simbólica do território. A centralidade da figura de tia Eva reforça essa dimensão: sua trajetória projeta-se como símbolo coletivo de emancipação negra, articulando memória, religiosidade e pertencimento, sua lembrança, transmitida oralmente, funciona como dispositivo que conecta passado e presente, reiterando que a liberdade foi historicamente conquistada.

Durante o processo da Instrução Processual de Tombamento Constitucional em 2025, realizou-se uma atividade de mapeamento afetivo, na qual os quilombolas desenharam o território conforme suas referências. Mais do que um exercício técnico, tratou-se de uma reconstituição gráfica da memória coletiva, evidenciando a fragmentação territorial e os impactos das transformações urbanas. Relatos indicam que a divisão do território interrompeu trajetos rituais, como o da procissão de São Benedito, além de substituir espaços simbólicos por infraestruturas urbanas. A urbanização conferiu ao quilombo a aparência de bairro periférico, atuando, conforme Haesbaert (2007), como mecanismo de dominação material que fragiliza vínculos sociais.

Esse processo se expressa também no asfaltamento da via principal, que

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

dividiu a comunidade e intensificou o trânsito local. Inicialmente justificada como

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

melhoria urbana, a intervenção revelou-se funcional à integração com a universidade próxima, evidenciando a imposição da lógica urbana dominante sobre o território quilombola, nos termos de Santos (2001). A intensificação do tráfego agravou ainda a situação da Igreja de São Benedito, cuja estrutura passou a sofrer riscos constantes. Apesar de seu reconhecimento patrimonial, a manutenção foi negligenciada por anos, evidenciando uma contradição entre o discurso de preservação e a prática institucional.

Nesse contexto, a resistência quilombola manifesta-se na continuidade das práticas religiosas e na valorização da memória de tia Eva, a Festa de São Benedito opera como espaço coletivo de reconstituição da memória, conforme Halbwachs (2006), no qual as experiências são continuamente atualizadas, contudo, essa resistência enfrenta limites impostos por ações estatais que tendem a impor uma lógica modernizadora, frequentemente negligenciando práticas culturais e vínculos simbólicos, a urbanização, nesse caso, não apenas reorganiza o espaço, mas redefine relações sociais e memórias.

A análise pode ser aprofundada à luz de Mbembe (2014), para quem a racialidade opera como mecanismo de dominação, no caso do Quilombo Tia Eva, a precarização territorial revela-se não como falha pontual, mas como parte de uma lógica que articula exclusão, exploração e apagamento simbólico, essa dinâmica aproxima-se também do conceito de *tokenismo*, formulado por Eddo-Lodge (2019, p. 68), ao evidenciar ações institucionais que simulam inclusão sem promover transformações efetivas.

O quilombo é frequentemente mobilizado como símbolo, sem que suas demandas estruturais sejam atendidas, além disso, os quilombolas relatam problemas com pesquisadores que acessam o território sem autorização, reforçando práticas que os objetificam como campo de estudo, desconsiderando sua autonomia, tal situação evidencia a necessidade de uma postura ética que reconheça os quilombolas como sujeitos ativos na produção de conhecimento.

Diante disso, torna-se fundamental reconhecer que as disputas envolvendo o Quilombo Tia Eva não se limitam ao território físico, mas abrangem também memória, identidade e reconhecimento, a Igreja de São Benedito, ao abrigar o túmulo de tia Eva, simboliza essa articulação entre passado e presente, sendo ao

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

mesmo tempo

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

patrimônio material e referência viva da história quilombola, por fim, destaca-se que a fragmentação territorial produziu distorções significativas. Tal situação evidencia como mecanismos administrativos e jurídicos continuam a operar na redefinição e muitas vezes, na negação dos direitos territoriais quilombolas.

Como debatido ao longo deste trabalho, a religiosidade ocupa lugar central no Quilombo Tia Eva, ainda que o eixo teórico se apoie em Haesbaert (2007), no que diz respeito à territorialidade e à multiterritorialidade, a ritualização religiosa emerge como dimensão fundamental de afirmação territorial e emancipação simbólica, ao mobilizarem a fé e a devoção a São Benedito, os quilombolas transformam o espaço religioso em lugar antropológico: identitário, relacional e histórico. Resistindo à homogeneização urbana e reafirmando sua presença no cenário de Campo Grande/MS.

Desde sua chegada, em 1905, tia Eva cumpriu a promessa de erguer a Igreja de São Benedito, uma vez que a ferida em sua perna cicatrizou no momento de sua chegada à região, graça concedida e reconhecida a São Benedito. A igreja foi construída inicialmente em madeira; uma segunda versão em alvenaria foi concluída em 1919, marco que deu origem à Festa de São Benedito. A celebração renova o vínculo entre tia Eva e o santo, garantindo a continuidade da tradição entre seus descendentes. Como afirma Ronaldo Jeferson da Silva (depoimento, 2025): “Não importa como, mas a festa tem que ser realizada”.

Mesmo com adaptações, a estrutura ritual permanece: o badalar do sino antes das novenas, hasteamento da bandeira, fogueira, baile e procissão com almoço coletivo. Durante a pandemia, a devoção persistiu por meio de práticas adaptadas, como a circulação do santo pelas casas, evidenciando a resiliência ritual. Observações de campo revelam a dimensão relacional dessa religiosidade, durante a festa, mulheres do Quilombo Furnas do Dionísio entoaram cântico escrito por tia Eva e Dionísio, reforçando vínculos intercomunitários, demonstram que a religiosidade ultrapassa o domínio do sagrado, estruturando a vida social.

À luz de Turner (2005), os símbolos religiosos operam como condensadores de significados, articulando dimensões emocionais e sociais. A procissão, nesse sentido, não é mera representação, mas ação performativa que integra corpo, espaço e memória. Como destaca o autor, os símbolos participam ativamente do

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

processo

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

social, promovendo intercâmbio entre valores e emoções, essa perspectiva dialoga com DaMatta (1997), para quem o ritual dramatiza o cotidiano, convertendo experiências ordinárias em formas socialmente significativas. Para a comunidade quilombola, a tia Eva e o São Benedito configuram-se como símbolos dominantes, vinculados a valores fundamentais de pertencimento, fé e resistência.

O depoimento de Seu Otávio Gomes de Araújo, bisneto de tia Eva (Santos, 2012) evidencia essa dimensão: práticas como promessas, oferendas e rituais de cura mobilizam tanto o plano sensorial quanto o ideológico. A Igreja de São Benedito, nesse contexto, ultrapassa os limites locais, funcionando como polo de atração para outras comunidades quilombolas e consolidando-se como centro de pertencimento afrodiaspóricos.

Essas práticas confirmam a leitura de Haesbaert (2007): o quilombo constitui-se como espaço de multiterritorialidade, onde dimensões materiais e simbólicas se articulam. A Igreja e a festa operam como marcos dessa apropriação, ainda que a comunidade permaneça marginalizada pelas políticas públicas. Apesar das continuidades rituais, mudanças são perceptíveis: redução de participantes, deslocamento das novenas para o centro cultural e interferências do ambiente urbano, como o ruído externo, ainda assim, elementos como o uso do rebole e a incorporação de referências afro-brasileiras mantêm a singularidade da celebração, distinguindo-a do catolicismo ortodoxo.

A inclusão de práticas como o Torneio de Futebol não dilui essa identidade, mas amplia suas formas de expressão. Como relatou Bolinho a Pereira (2016), o torneio integra a tradição desde os anos 1960, funcionando como espaço de coesão social, especialmente entre os mais jovens. A organização territorial do quilombo, dividida entre descendentes das filhas de tia Eva, foi profundamente afetada pela urbanização. A fragmentação dos lotes e a migração de moradores evidenciam as pressões externas sobre o território (Santos, 2012).

Embora tia Eva tenha recebido o título de cidadã campo-grandense pelo Decreto Legislativo nº 368 (Campo Grande, 1996), tal reconhecimento não se traduziu em políticas efetivas de preservação. Esse paradoxo evidencia o que Eddo-Lodge (2019) define como *tokenismo*: um reconhecimento simbólico que não se converte em transformação material. Assim, enquanto os quilombolas constroem

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

relações territoriais baseadas em memória, ritual e ancestralidade, o poder público frequentemente opera seguindo uma lógica utilitária, que fragiliza vínculos e práticas culturais. O Quilombo Tia Eva afirma-se, portanto, como lugar de resistência ativa, onde religiosidade, memória e territorialidade se entrelaçam na produção contínua da existência quilombola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar à reta final, o encontro com o Quilombo Tia Eva revela que os espaços urbanos transcendem suas dimensões espaciais, constituindo-se como lugares das relações de poder, essa constatação não apaga sua historicidade, mas a amplia: em territórios quilombolas urbanos, são as vivências cotidianas que reafirmam sua existência, demonstrando que a população negra no Brasil forjou sua liberdade por meio da luta e da organização coletiva.

Na perspectiva de Haesbaert (2007), a urbanização de Campo Grande/MS operou como mecanismo de ofuscamento do protagonismo negro, especialmente nas narrativas sobre tia Eva: mulher negra, líder comunitária, fundadora quilombola, benzedeira e ex-escravizada. A multiterritorialidade imposta pelo avanço urbano atua seletivamente, fragmentando territórios marginalizados enquanto consolida espaço de poder das elites, articulando dominação simbólica e material. O processo em questão, manifesta-se na deterioração de produções culturais e patrimoniais quilombolas. As administrações públicas não apenas negligenciam, mas reproduzem estratégias de apagamento: na ausência de políticas de preservação e a omissão sistemática de direitos constituem um projeto de invisibilização da presença negra em Campo Grande/MS.

Sobre a tia Eva na fundação da cidade não é secundária, mas estruturante, enquanto a narrativa oficial privilegia José Antônio Pereira, de outro lado Eva Maria de Jesus organizou sociabilidades, instituiu práticas religiosas duradouras e articulou redes de solidariedade, sua agência foi a de uma fundadora, cuja memória foi silenciada para sustentar um projeto modernista e eurocêntrico de cidade. Campo Grande/MS construiu-se sobre essa omissão; a Igreja de São Benedito foi negligenciada; o quilombo sofreu precarização urbana; símbolos religiosos foram

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

apropriados; e o território fragmentado a ponto de deslocar a casa da matriarca para fora dos limites oficiais. Trata-se de um processo contínuo de expropriação material e simbólica.

Apesar disso, o Quilombo Tia Eva afirma-se como comunidade de (re)resistência, sendo ativa, ritual e simbólica, a Festa de São Benedito reafirma anualmente a continuidade ancestral negra, transformando práticas religiosas em narrativas de permanência frente ao esquecimento, ainda assim, a marginalização persiste: o reconhecimento formal, como o título de cidadã campo-grandense concedido em 1996, não garantiu proteção efetiva, tal omissão revela um racismo operado por meio das instituições.

A relevância desta pesquisa reside em evidenciar como o Quilombo Tia Eva conecta-se à ancestralidade afro-brasileira, como aponta Nascimento (2021), os quilombos são centrais para compreender a historicidade do negro construída por ele próprio. A trajetória de tia Eva rompe com a ideia de “escravizados fugitivos”, evidenciando sujeitos que criaram territórios, redes e formas de vida, o quilombo configura-se, assim, como lugar de (re)existência e (re)afirmação. Esse protagonismo é atravessado por raça e gênero: como aponta Gonzalez (2020), a mulher negra ocupa posição de opressão ampliada, no caso de Mato Grosso do Sul, a negligência institucional reproduz essa desigualdade.

Atualmente, a visibilidade de tia Eva fora do quilombo ainda é limitada, exemplificada pelo mural “Bênção Tia Eva”, embora simbólico, esse reconhecimento é insuficiente e aproxima-se do tokenismo descrito por Eddo-Lodge (2019), no qual a inclusão ocorre mais no plano discursivo do que em ações concretas. Por fim, destacam-se os esforços dos próprios quilombolas na preservação das práticas e da memória de tia Eva, em que sua trajetória permanece viva nas práticas comunitárias, nos rituais e nas lutas por reconhecimento.

Esta pesquisa buscou registrar essa resistência não como folclore, mas como ato político de afirmação, contribuindo para reescrever a história de Campo Grande/MS a partir das perspectivas negras. Eva Maria de Jesus não é passado; ela permanece presente na memória, na prática e na luta, como símbolo emancipatório da população afrodescendente na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul**. 2006. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/320>>. Acesso em: 9 ago. 2025.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa: 90° Graus Editora, 2009.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Invenção de Campo Grande capital: espaços públicos e imagens que dialogam entre a tradição e a modernidade**. 2018. 168 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/TESE-final-p-imp.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2025.

CAMPO GRANDE. Câmara Municipal. **Decreto Legislativo nº 368, de 27 de junho de 1996**. Outorga Título de Cidadã Campo-grandense, “Post Mortem”, à Senhora Eva Maria de Jesus – Tia Eva. Campo Grande, MS: Câmara Municipal, 1996. Disponível em: <<https://legis.camara.ms.gov.br/ato/consolidado/id/84566>>. Acesso em: 18 mar. 2026.

CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal de Cultura – FUNDAC. **Bens Tombados**. Campo Grande, MS, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/fundac/bens-tombados/>>. Acesso em: 16 mar. 2026.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

EDDO-LODGE, Reni. **Por que eu não converso mais com pessoas brancas sobre raça**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialidades e suas multiplicidades: um ensaio sobre a transição. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 3, p. 151-176, jul. 2017.

FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. **Bens materiais e imateriais do estado do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2021. Disponível em: <<https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/RELACAO-BENS-MATERIAIS-E-IMATERIAIS-DO-ESTADO-DO-MATO-GROSSO-DO-SUL-2021-1.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2026

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro:

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Editora Schwarcz, 2020.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia, Niterói**, ano 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História da PUC-SP**, v. 10, 1993.

PEREIRA, Pedro Henrique Gomes. **A festa de São Benedito: rito e sociabilidade em uma comunidade negra**. 2016. 73 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/15557>. Acesso em: 25 ago. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1989.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718–1888). **Aceno**, v. 3, n. 6, p. 52-70, ago./dez. 2016.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. Eva Maria De Jesus (tia Eva): Memórias De Uma Comunidade Negra. **Anuário Antropológico**, v. 37, n. 1, p. 155-181. 2012.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. Tia Eva: trajetória de vida de uma ex-escrava doceira. **Habitus**, v. 11, n. 1, p. 37-52, 2013.

SANTOS, Lourival. Por uma História do Negro no Sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 35, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Os intendentes “doutores” e a formação urbana de Campo Grande MT/MS (1905 – 1940). **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 129–152, 2015.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Niterói, RJ: EdUFF, 2005.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná